EM UM MUNDO MAIS PROTECIONISTA, UM ACORDO VEM A CALHAR

ANDRÉ DIZ[1], FELIPPE SERIGATI[2], ROBERTA POSSAMAI[3]

No mundo mais protecionista pós-eleição de Donald Trump, autoridades do MERCOSUL e da UE aceleraram as negociações de um acordo anunciado há anos. Além de incrementar a produtividade de países dos dois blocos, o acordo propõe integração das cadeias produtivas, melhor fluxo de investimentos e adequação a protocolos climáticos. O impacto sobre o PIB do Brasil que o acordo terá, melhorando a já relevante relação do País com a UE, deve ser acrescido de impactos setoriais, em especial no agro. Já o fato de que os produtos brasileiros acessam o rigoroso mercado da UE sinalizará sua qualidade ao mundo, podendo facilitar a abertura de mercados não europeus para esses produtos. Assim, o Brasil só deve ganhar com o acordo entre os blocos.

APÓS A eleição de Donald Trump, o mundo deparou-se com ventos mais protecionistas, que devem soprar nos próximos anos. Diante dessa perspectiva, autoridades governamentais do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e da União Europeia (UE) aceleraram a conclusão das negociações do acordo celebrado em 2019 entre os dois blocos, realizando um feito realmente importante para a economia brasileira.

Nesse sentido, é importante lembrar que a integração comercial entre países e blocos econômicos via redução de tarifas, quotas e outras barreiras não tarifárias favorece o acesso a novos mercados e a especialização produtiva, gerando um aumento na eficiência e na produtividade dos países.

Uma vez que a proteção aos mercados locais é reduzida via acesso de bens e serviços comercializáveis estrangeiros, há o aumento da competição. Com isso, os setores mais eficientes de cada país tendem a prevalecer sobre os demais, gerando uma maior capacidade de crescimento econômico e desenvolvimento. Em "economês", deve ocorrer uma alocação mais eficiente dos recursos produtivos.

Além disso, destaca-se que, para além do acesso privilegiado aos respectivos mercados, constam como objetivos secundários do acordo uma maior integração das cadeias produtivas, um reforço no fluxo de investimentos e mecanismos para reforçar a adequação aos protocolos do clima do Acordo de Paris.

Apesar de a entrada em vigor do acordo entre o MERCOSUL e a UE só acontecer após a assinatura das partes – processo que envolve etapas como a revisão legal e o encaminhamento para os respectivos processos internos (nacionais) de aprovação e ratificação – e de os novos termos poderem levar até quinze anos para entrar em vigor para setores específicos, a adesão garante aos países do MERCOSUL o acesso a um mercado de 448,8 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto (PIB) de US$ 18,59 trilhões, distribuídos entre os 27 Estados-membros da UE, considerando dados de 2023.

Mesmo que ainda falte a assinatura das partes para o acordo entre o MERCOSUL e a UE entrar em vigor, a adesão garante aos países do MERCOSUL o acesso ao enorme mercado de 448,8 milhões de pessoas e ao PIB de US$ 18,59 trilhões, estimados para a UE em 2023.

IMPACTO ESTIMADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

É importante salientar que, de acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o bloco europeu já ocupa a segunda posição em termos de fluxo de comércio do Brasil, com uma corrente de comércio, considerando os dados até novembro de 2024, de US$ 88,5 bilhões, representando 14,4% do total das exportações.

Ademais, ressalta-se que o acordo em questão, ainda segundo o MDIC, envolve 95% do volume total de bens e serviços exportados pelo Brasil ao bloco europeu, o que é equivalente a 92% do valor das exportações, além de representar 85% do total de bens e serviços importados pelo País, correspondendo a 91% do valor das importações.

Segundo um estudo de 2023 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicado na sua Nota Técnica nº 68, a assinatura do acordo garantiria ao Brasil um aumento de até 0,46% no PIB entre 2024 e 2040, o que corresponde a um crescimento de US$ 9,3 bilhões no período, tendo um impacto muito maior para a economia brasileira do que os efeitos comparados aos países do MERCOSUL como um todo (uma alta de 0,2% do PIB – US$ 1,5 bilhão). Para a UE, o efeito seria um crescimento acumulado de até 0,06% do PIB (US$ 11,2 bilhões).

Já segundo estimativas do MDIC, o impacto sobre o PIB brasileiro seria de uma alta de 0,34% até 2044, o equivalente a R$ 37 bilhões, afetando, também, outros indicadores

macroeconômicos, como o montante de investimentos (+0,76%), os salários reais (+0,42%) e o nível de preços ao consumidor (-0,56%).

Sabemos, contudo, que os efeitos econômicos de um acordo de livre comércio com o segundo maior grupamento econômico do mundo não devem ser observados apenas em seu aspecto agregado, uma vez que mudanças setoriais significativas devem ocorrer em resposta à mudança de acesso ao mercado europeu.

EFEITO SINALIZAÇÃO DA QUALIDADE DOS PRODUTOS BRASILEIROS

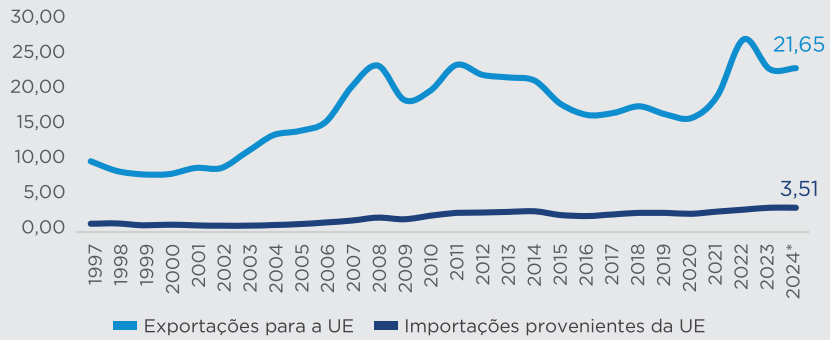
O bloco europeu já é um importante parceiro comercial do Brasil, sobretudo para o agronegócio. De acordo com informações do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), a UE é, em valor, o segundo principal destino das exportações do agronegócio brasileiro (ficando atrás apenas da China), bem como a segunda principal origem das importações (atrás somente da Argentina) do setor. Ou seja, fica claro que o acordo comercial vem para fortalecer ainda mais uma relação que já existe e já é relevante.

Considerando que o mundo está ficando cada vez mais protecionista, esse acordo, neste momento, ganha ainda mais relevância. Desta forma, mesmo que o valor adicional a ser exportado pelo agronegócio brasileiro não seja, em termos proporcionais, tão grande, esse acordo tem um efeito sinalização muito importante. Isso porque, como a UE tem um perfil mais protecionista – impondo, por isso, barreiras (tarifárias, não tarifárias e ambientais) para que produtos externos possam acessar o seu mercado –, caso os produtos brasileiros passem a acessar o mercado europeu com mais facilidade, isso servirá como uma sinalização para o resto do mundo em relação aos atributos favoráveis dos produtos agropecuários brasileiros.

Essa sinalização da qualidade dos produtos do Brasil, que deve conseguir acessar o tão rigoroso (chegando ao ponto de ser protecionista) mercado europeu, pode gerar efeitos de segunda ordem, como facilitar os processos de negociação de abertura de mercados com outros países não europeus para os mercados brasileiros. Ou seja, o Brasil só tem a ganhar com o acordo comercial entre o MERCOSUL e a UE.

BRASIL: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO EM RELAÇÃO À UE (US$ BILHÕES)

Neste momento, a UE destaca-se como um grande parceiro comercial do Brasil, em especial no agronegócio. Em valor, a UE é o principal destino dos produtos do agro exportados pelo Brasil e a segunda principal origem das importações do setor.



*Dados até novembro
Fonte: MAPA

No mercado de trabalho do Brasil, por exemplo, o Ipea estima uma alta de 8,9% no total de ocupados no subsetor de carne suína e de aves, 4,3% no subsetor de óleo e gorduras vegetais e 1,9% no setor de produtos alimentares. Por outro lado, os setores de produtos têxteis (-1,0%), máquinas e equipamentos (-1,4%) e equipamentos elétricos (-2,0%) devem apresentar redução na parcela de ocupados até 2040.

Pelos dados estimados das mudanças no mercado de trabalho, nota-se que os setores relacionados à agropecuária brasileira, por seu alto grau de competitividade, devem compor o grupo de setores com expectativas mais positivas sobre o acordo, enquanto uma parte da produção industrial sofreria com o aumento nas importações. Não à toa, uma parte ruidosa das vozes críticas ao acordo encontra-se entre os produtores rurais da França e da Itália, que, provavelmente, deverão sofrer uma maior concorrência dos produtos agropecuários do Brasil.

De qualquer forma, ao entrar em vigência, esse acordo deve trazer benefícios importantes para a economia brasileira, seja via atração de novos investimentos, seja via aumento no mercado potencial para os produtos brasileiros. ■

Com o acordo entre o MERCOSUL e a UE, os setores do agro são o grupo com melhores estimativas de crescimento. Por anteverem uma maior concorrência dos produtos brasileiros, os produtores rurais da França e Itália estão entre as vozes mais críticas ao acordo.

1Professor do MBA em Gestão do Agronegócio do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) – acosta.diz@gmail.com

2Professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br

3Pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br